

INSTITUIÇÕES ÚTEIS PARA CONSULTA:

Instituto Rio Patrimônio da Humanidade - para informações relativas à legislação de preservação e procedimentos
R. Gago Coutinho, 52, 3º andar. Laranjeiras. Tel.: 2976-6626

Coordenadoria de Licenciamento e Fiscalização Urbanística - AP 1 e 2 da Secretaria Municipal de Urbanismo
3ª Gerência de Licenciamento e Fiscalização - Centro - Rua República do Líbano, 54, 2º andar - para informações relativas à legislação edilícia e urbana vigentes

Coordenação de licenciamento e fiscalização da Secretaria Municipal da Fazenda
2ª /3ª IRLF (Centro) - Rua Senhor dos Passos, 50

INSTITUIÇÕES ÚTEIS PARA PESQUISA:

Arquivo Geral da Cidade (construções até a década de 1920) - Rua Amoroso Lima, 15. Cidade Nova. 2273-3141
Arquivo Geral da Secretaria Municipal de Urbanismo (construções a partir da década de 1930) - Av. Monsenhor Félix, 512 - Irajá
Arquivo Nacional - Praça da República, 173. Tel.:2179-1228
Fundação Casa de Rui Barbosa - Rua São Clemente, 134 - Botafogo. Tel.:3289-4600
Biblioteca Nacional - Av. Rio Branco, 219 - Centro. Tel.: 2220-9484 e 3095-3879
Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - Av. Augusto Severo, 8/10º andar



Guia das APACs

Cruz Vermelha

01

02

n.03

04

05

06

07

08

09

10

11

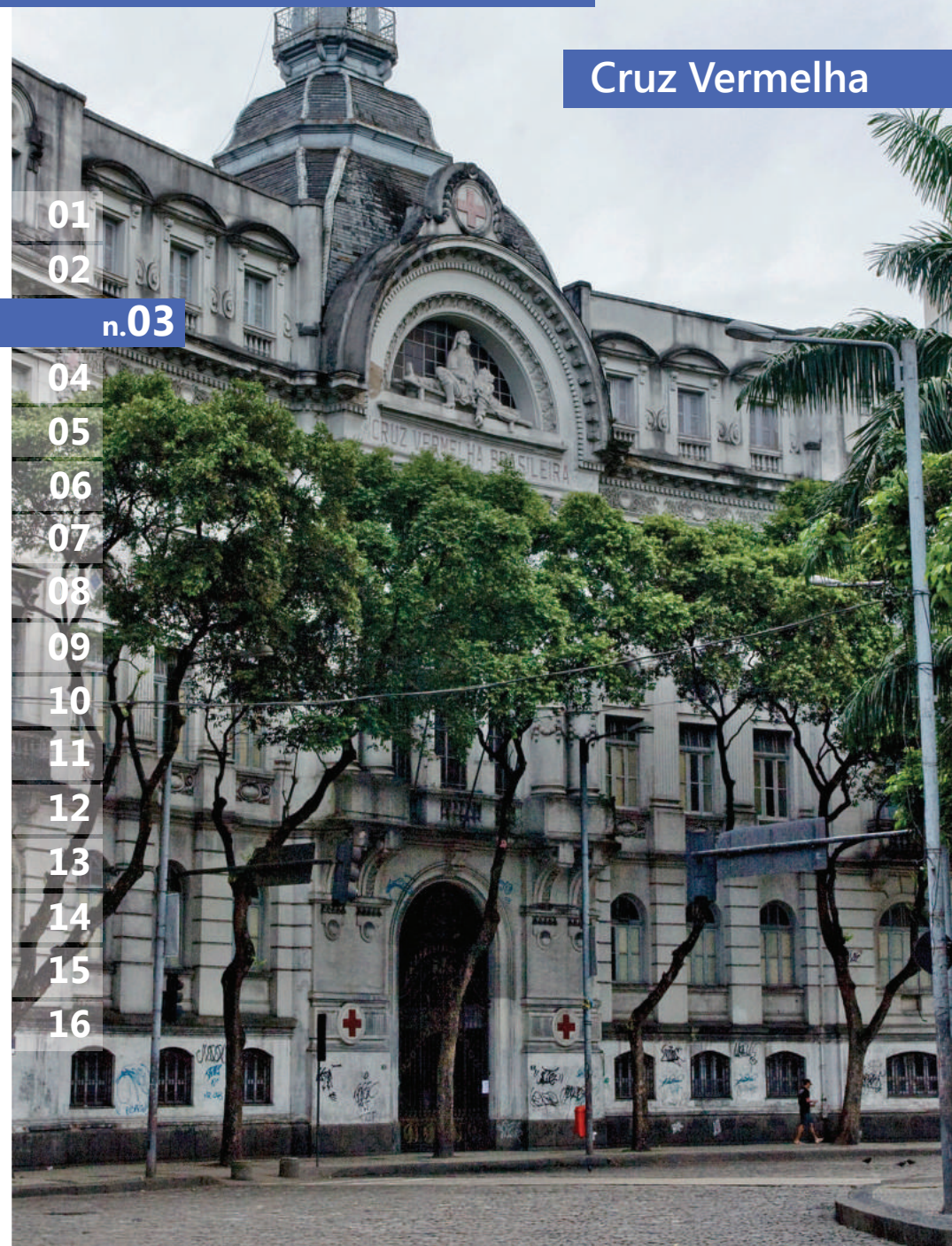
12

13

14

15

16



Guia das APACs

Cruz Vermelha

01
02
03
04
05
06
07
08
09
10
11
12
13
14
15
16



Ano II Nº 1 2012

IRPH – Instituto Rio Patrimônio da Humanidade

Rua Gago Coutinho, 52, 3º andar

CEP: 22.221-070 – Laranjeiras – Rio de Janeiro – RJ

Tel: (21) 2976-6626 Fax: (21) 2976-6615

www.rio.rj.gov.br/patrimonio

Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro

Eduardo Paes

Vice-prefeito

Carlos Alberto Vieira Muniz

Secretário da Casa Civil

Guilherme Nogueira Schleder

Presidente IRPH

Washington Menezes Fajardo

Coordenadora de Projetos e Fiscalização

Laura Di Blasi

Gerente de Cadastro, Pesquisa e Proteção

Henrique Costa Fonseca

Gerente de Conservação e Fiscalização

Luiz Eduardo Pinheiro da Silva

Textos

Equipe IRPH

Fotos

Acervo IRPH

Diagramação / Impressão / Acabamento

Ediouro Gráfica e Editora LTDA.

Arte-Final

Janaína Fernandes

Supervisão Gráfica e Editorial

Miguel Paixão

O que você precisa saber para licenciar obras em APAC?



O folder educativo e de orientação para a realização de obras em imóveis de Áreas de Proteção do Ambiente Cultural.



Distribuído gratuitamente no IRPH
Tiragem limitada



As Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APAC)

Por muito tempo, o único instrumento legal de proteção do patrimônio cultural no Brasil era o do **tombamento**, instituído pelo Decreto-Lei 25/37 para aquilo considerado como patrimônio histórico e artístico nacional e adotado pelas legislações estaduais e municipais. Protegiam-se, assim, bens culturais de valor excepcional, individuais ou conjuntos, mas de grande significado histórico ou artístico.

O Rio de Janeiro deu um passo à frente das demais localidades brasileiras ao criar um instrumento de proteção do patrimônio cultural diferente do tombamento, que conjugava preservação e desenvolvimento urbano: as **Áreas de Proteção do Ambiente Cultural – (APAC)**.

A criação das APACs, na cidade do Rio de Janeiro, teve início com o Projeto Corredor Cultural, em 1979, transformado em legislação municipal pelo Decreto 4.141 de 1983, e pela Lei 506/84, reformulada posteriormente pela Lei no 1.139/87. Esse projeto propôs a proteção das características arquitetônicas de fachadas, volumetrias, formas de cobertura e prismas de claraboias de imóveis localizados na Área Central de Negócios que não haviam sido alvo da ação renovadora do ambiente urbano que atingira o local nas décadas de 50 a 70 do século passado.

Em 1984, três outras áreas urbanas tiveram legislações específicas, com o nome de APA (Área de Proteção Ambiental)¹, a saber: bairro de Santa Teresa, Projeto SAGAS (bairros da Saúde, Gamboa, Santo Cristo e parte do Centro) e Rua Alfredo Chaves, no Humaitá. A partir de então, outras tantas foram sendo criadas até atingirmos o número de 33, aí se somando as Áreas de Entorno de Bens Tombados.

Com a edição do primeiro Plano Diretor Decenal da cidade (1992), a APA se transforma em APAC, ficando aquela denominação apenas para os ambientes naturais.

Uma APAC é constituída de bens imóveis – casas térreas, sobrados, prédios de pequeno/médio/grande portes – passeios, ruas, pavimentações, praças, usos e atividades, cuja ambiência em seu conjunto (homogêneo ou não), aparência, seus cheiros, suas idiosincrasias, especificidades, valores culturais e modos de vida conferem uma identidade própria a cada área urbana.

Através da criação de uma APAC, a legislação urbana estabelece imóveis que poderão ser **preservados** (fachadas, coberturas – formas e materiais, volumetria, claraboias e outros elementos arquitetônicos relevantes); outros, **passíveis de renovação**², que poderão até ser substituídos, dentro de parâmetros que respeitem a ambiência preservada. A legislação da APAC pode, também, estabelecer novos parâmetros urbanos como, por exemplo, gabaritos para a área, atividades e usos adequados e condições de parcelamento do solo. Assim, criam-se as condições necessárias para que a cidade possa garantir sua memória urbana, preservando sua imagem cultural e, ao mesmo tempo, fomentando a adaptação da cidade à contemporaneidade. A APAC não é um instrumento saudosista, mas culturalista, acumulativo, permitindo que novos valores e significados possam ser agregados à identidade urbana, promovendo a dinâmica vital da cidade.

¹ Regulamentada pelo Decreto 7.612/88.

² Cf. PLANO DIRETOR DECENAL, Lei Complementar 111/2011.

Dentro do IRPH, a Gerência de Conservação e Fiscalização, através de seus três Escritórios Técnicos, tem a atribuição de promover a preservação desse patrimônio, através de um trabalho cotidiano de GESTÃO, EDUCAÇÃO PATRIMONIAL e FISCALIZAÇÃO.

Nosso trabalho consiste na análise das intervenções físicas em todos os imóveis situados nas APACs, com a orientação direta aos moradores, proprietários e profissionais quanto à melhor forma de se manter, conservar e reformar tais imóveis e acompanhando as obras; fiscalizando as áreas urbanas e, também, propondo maneiras mais adequadas de se manter o ambiente protegido com condições de habitabilidade.

Na cidade do Rio de Janeiro existem 33 APACs e Áreas de Entorno de Bens Tombados (AEBT), cujas gestões se distribuem pelos três Escritórios Técnicos. O 1º Escritório Técnico abrange a APAC do Corredor Cultural. O 2º Escritório Técnico se estende desde o Centro e Santa Teresa até a Zona Oeste, passando pela Ilha de Paquetá. Por fim, o 3º Escritório Técnico tem, sob sua tutela, as APACs dos bairros da Zona Sul. Vale ressaltar que qualquer que seja a intervenção pretendida para as edificações, até mesmo uma simples pintura externa ou a colocação de um letreiro, assim como transformação de uso, esta deve ter a licença da prefeitura.

Portanto, quem desejar restaurar, conservar, reformar ou construir um imóvel dentro das APACs deve procurar um dos nossos Escritórios Técnicos e receber todas as orientações pertinentes para que seu projeto esteja em conformidade com as diretrizes da preservação dos bens culturais.

Arquiteto Luiz Eduardo Pinheiro da Silva – Gerente de Conservação e Fiscalização.

SUMÁRIO



EVOLUÇÃO URBANA	03
CRUZ VERMELHA - O ECLETISMO DO SÉCULO XX	06
BENS PRESERVADOS PELO DECRETO n. 11.883/92	08
BENS TOMBADOS POR DECRETOS ESPECÍFICOS NAS ÁREAS DE PROTEÇÃO	11
MAPA	16



Primórdios - os primeiros caminhos

A cidade do Rio de Janeiro, estabelecida em 1567 no Morro do Castelo, desceu para instalar-se na várzea fronteira ao mar, no início do século XVI. O núcleo do povoamento da cidade implantou-se na planície existente entre os morros do Castelo, Santo Antônio, São Bento e Conceição e foi inicialmente limitado pela vala constituída pela atual Rua Uruguaiana, obedecendo a um esquema de ruas paralelas e perpendiculares ao mar.

Para a conquista do espaço urbano na área central foram necessários muitos aterros, uma vez que grande parte dos terrenos desta região era constituída por pântanos e lagoas (Lagoa do Boqueirão, Lagoa da Sentinela e Mangal de São Diogo). Ainda no governo do vice-rei D. Luiz de Vasconcelos, o Morro das Mangueiras foi arrasado para o aterro da Lagoa do Boqueirão para ali projetar-se o Passeio Público. Mais tarde, o Campo de Santana e o Campo da Lampadosa foram aterrados, no governo do Conde de Rezende, que também mandou calçar as ruas do Cano e da Vala. No entanto, a cidade ainda estava repleta de chácaras alagadas.

Datam dos primórdios da ocupação da cidade do Rio de Janeiro, no Morro do Castelo, os pri-

meiros caminhos que ligavam o antigo centro urbano ao interior.

Dentre os três principais, o Caminho de Capueçu, o de Manuel de Brito e o do Engenho dos Padres, destacando-se o último pela relevância na ocupação da área hoje denominada Cruz Vermelha. Este caminho receberia mais tarde o nome de Caminho da Bica, passando já em meados do século XVIII a se chamar Caminho de Mata Cavalos, atual Rua Riachuelo.

Segundo Brasil Gérson, o Caminho de Mata Cavalos constituía-se em vereda de barrancos que muito cansava os animais que por ele transitavam. Começava junto aos Arcos, terminando na Lagoa da Sentinela, onde confluía com a Estrada de Mata Porcos, hoje Rua Frei Caneca.

Já em fins do século XVIII, o caminho de Mata Cavalos abrigava uma classe abastada que, devido às características de seu solo elevado e seco, ali começaria a se instalar em chácaras e casas ajardinadas, marcando concretamente o início da ocupação da área.

Século XIX - o início da ocupação da área

Definida por planície alagadiça, espremida entre os morros do Senado e Santo Antônio, a região apresentava no início do século XIX a



presença da Rua do Lavradio, perpendicular ao Caminho de Mata Cavalos, além de parte das ruas do Senado e do Conde, atual Frei Caneca, paralela ao Caminho de Mata Cavalos.

O responsável pela abertura da Rua dos Inválidos foi o Conde de Rezende. Inicialmente, esta rua denominava-se Rua Nova de São Lourenço, em virtude do oratório ali existente. Entretanto, como o vice-rei tivesse construído nesta rua um asilo para soldados inválidos, a via jamais deixou de ser conhecida pelo seu atual nome.



Na esquina da Rua Mata Cavalos (atual Riachuelo) funcionou um famoso colégio fundado pelo cônego José Antonio Marinho, mais tarde dirigido pelo notável educador Tautphoeus. No antigo número 69 estava instalada a Igreja Metodista Alemã, construída em 1845, mas que havia ocupado inicialmente, em 1837, outra casa da Rua do Lavradio, próxima ao estabelecimento gráfico Laemmert. Bem próximo ao prédio da polícia funcionava a tipografia do português Albino Mendes, conhecido como o maior falsificador de papel moeda daquela época. O imóvel mais significativo da Rua dos Inválidos é sem dúvida a igreja de Santo Antonio dos Pobres, situada na esquina da rua do Senado e inaugurada em 1811. Por volta de 1812, a Rua do Senado ainda não tinha nome e era dividida pelo Morro do Senado, mais tarde arrasado, contribuindo para o aterro da zona portuária.



Até a chegada do D. João VI (1808), a cidade ficava confinada nos limites acima descritos, morrendo praticamente no Campo de Santana, de onde começavam os mangais de São Diogo. Para ligar a Quinta da Boa Vista ao Paço, criou-se o Caminho do Aterrado ou das Lanternas, sobre o qual a Rua de São Pedro da Cidade Nova se estenderia até a Bica dos Marinheiros (atual Praça da Bandeira). Mais tarde, com a inauguração da fábrica de gás, o Visconde de Mauá canalizaria 600 braças do canal do mangue (1860) que futuramente se estenderia até o



Porto (atual Av. Francisco Bicalho). A partir de 1808, ocorre forte impacto demográfico, com a afluência de 15 mil pessoas pertencentes às altas classes sociais que acompanhavam a Corte Real. Em menos de duas décadas, a população passou de cerca de 100.000 habitantes (1822) a aproximadamente 135 mil habitantes (1840). O espaço urbano sofreu grandes alterações para alojar tal população.

O transporte coletivo no Rio Imperial era feito através de gôndolas, carros pesados e oscilantes, com a lotação de 12 pessoas. Do Largo de São Francisco saíam para a estrada de ferro pelas ruas do Rezende, dos Inválidos e Conde D'eu, voltando pela Carioca, o que prova a importância desta área já no século XIX.

Século XX - a transformação da malha

O século XX chegaria trazendo intervenções radicais na malha urbana em toda a cidade, alargamento de vias e melhorias na infraestrutura

existente. A gestão do prefeito Pereira Passos abriu várias avenidas com o intuito de facilitar a circulação em eixos viários, interligando o Centro com diversas partes da cidade, dentre elas a Avenida Central, a Rodrigues Alves, a Estácio de Sá e a Mem de Sá. A última, com percurso dos Arcos à Rua Frei Caneca, teria grande parte de seu traçado projetado sobre a Esplanada do Morro do Senado, cujo desmonte serviria para aterros da zona portuária. Em 1903, esta avenida constituiria uma das principais artérias de ligação da área central com a Cidade Nova, originando diversas vias secundárias que se articulavam em traçado regular por sobre a Esplanada do Morro do Senado. No eixo desta avenida ficava a Praça Vieira Souto, hoje Praça da Cruz Vermelha, assim denominada após a construção do hospital de mesmo nome, concluída em 1923.

Atualmente, a região da Cruz Vermelha apresenta praticamente o mesmo traçado urbano do início do século XX.



O espaço conhecido como Área de Proteção Ambiental da Cruz Vermelha e Adjacências guarda muito da paisagem característica do início do século XX, marcadamente dominada por seus sobrados ecléticos.

Ao longo de sua ocupação, a região guardou importante patrimônio arquitetônico constituído de casario, igrejas, chafarizes, vilas e cortiços. Dentre os exemplares do primeiro grupo, destaca-se o conjunto de sobrados implantados ao longo da Av. Mem de Sá e na Praça da Cruz Vermelha, juntamente com o Hospital de mesmo nome.

As edificações e os conjuntos arquitetônicos da área conhecida como Cruz Vermelha constituem patrimônio paisagístico e cultural da cidade do Rio de Janeiro, que foi preservado através da Área de Proteção do Ambiente Cultural APAC Cruz Vermelha e adjacências, através do **decreto 11.883 de dezembro de 1992**.

Os estudos para a proteção desse conjunto definiu diretrizes de uso e ocupação do solo, incluindo a compatibilização dos critérios de proteção dos bens preservados ou tombados com seu entorno, com o objetivo de manter as suas características ambientais, econômicas e sociais e valorizar e conservar as edificações e os conjuntos arquitetônicos de interesse cultural e paisagístico da área.



Rua Frei Caneca, 128 a 134



Rua Frei Caneca, 121 e 124



Rua Frei Caneca, 6



Rua Frei Caneca, 54



Rua Frei Caneca, 62 e 64



Rua Frei Caneca, 68



Rua Frei Caneca, 127 a 131



Rua Frei Caneca, 169



Rua Frei Caneca, 72



Rua Frei Caneca, 173



Anexo II

Rua General Caldwell: 161,167,169,171,199, 213,217, 219, 223, 227, 229, 231, 233, 237, 241, 243, 245 255, 257, 259, 261, 263, 265, 281, 283, 285, 287, 289, 297; 196,198, 202, 204, 206 (BTM), 208, 210, 212, 244, 246, 248, 250, 252, 254, 256, 258 294, 300, 302, 312, 314, 316, 318, 322, 324.

Rua Carlos de Carvalho: 41, 45, 47, 49, 51, 53, 57, 59, 61, 65, 67, 69, 16, 18, 44, 46, 48, 58, 76, 86, 88, 90

Rua Carlos Sampaio: 21, 31, 39, 47, 57, 251, 265, 04, 06,12,18, 24, 34, 38, 48, 50, 56, 60, 68,106, 340, 352

Rua Prof. Clementino Fraga: 01, 07, 13, 41, 43, 45, 47, 57, 63 (vila),65, 67, 69, 71

Praça da Cruz Vermelha: 03, 10/12 (BTM), 28, 32, 34, 36, 38, 40, 42

Rua Frei Caneca: 01, 03, 05, 07, 09,11, 19, 21, 23, 25, 35, 37, 39, 41, 43, 45, 51, 53, 55, 57, 59, 61, 63, 65, 67, 71, 73, 79, 81, 83, 85, 89,95, 99, 101, 103, 107, 109, 113, 115, 123, 125, 127, 129, 131, 133, 135, 137,139, 153, 155, 165, 167, 169, 171, 173, 185, 189, 191, 193. 04, 06, 52, 54, 58, 60, 62, 64, 68, 70, 72, 82, 84, 88, 90, 92, 112, 120, 126



Praça Cruz Vermelha, 28



Av. Mem de Sá, 77



Praça Cruz Vermelha, 32 a 42

Av. Gomes Freire: 145, 151, 173, 181, 189, 205, 213, 217, 235, 243, 275, 289, 295, 305, 355, 361, 367, 373, 379, 389, 421, 453, 457, 471, 513, 517, 525, 533, 537, 547, 569, 579, 589, 599, 607, 625, 745, 763, 769, 773 (BTM), 779, 785, 791, 140,148, 156, 218, 226, 234, 242, 248, 256, 306/306-A (BTM),450, 574, 610, 632, 656, 756, 764, 814, 822

Av. Henrique Valadares: 139, 141,143, 145, 149, 02, 158

Rua dos Inválidos: 01, 05, 09, 11, 13,15, 17, 19, 21, 23, 25,27, 29, 31, 33, 35, 37, 39, 41, 47, 49, 51, 55, 57, 59, 61, 63, 65, (pórtico e vila), 67, 69, 71, 129, 131, 137, 139, 145, 147, 149,187, 189, 193/203 (BTN), 02, 04, 06, 08, 10, 12, 14, 24, 26, 28, 30, 32, 40 (BTM), 92, 94, 96, 98, 120, 122, 124 (BTM), 126, 128, 130, 164, 172, 174, 180, 184, 202, 204, 206

Praça João Pessoa: 01, 03, 18, 02, 04, 06, 08, 16
Rua Conselheiro Josino: 35

Rua do Lavradio: 02, 04, 06, 08, 10, 12, 14, 16, 18, 20, 22, 24, 26, 28, 30, 32, 34, 36, 38, 42, 48, 50, 54, 56 (BTM), 60, 66, 68, 70, 84 (BTE), 90, 92, 94, 96, 98, 100,102,110, 116,118,122 (BTM),126, 128, 130, 132, 154, 156, 158, 160, 168, 170, 172, 182, 184, 186, 188, 190, 192, 194, 198, 200, 202, 206, 212

Av. Mem de Sá: 77, 79, 81, 83, 85, 87, 95, 99, 101, 103, 107, 135, 137, 159, 161, 175,193,197, 201, 203, 207, 235, 237, 239, 241, 247, 253, 271 (BTM), 289, 291, 295, 317, 319, 329, 331, 335, 343, 349, 88, 90, 92, 94, 96, 100, 102, 104, 108, 110, 112, 114, 118, 120, 122, 126, 130, 132, 134, 136, 138, 140, 142, 144, 146, 148, 166, 170, 178, 194, 198, 200, 202, 204, 208, 210, 226, 234, 236, 238, 240, 242, 250, 252, 254, 264, 270, 272, 274, 276, 278, 288, 294, 296, 298, 302, 304, 306, 308, 330



Av. Mem de Sá, 77

Rua Moncorvo Filho: 01, 03, 67, 77, 107, 109, 111, 113, 44, 48, 50, 56, 72, 90 (BTE)

Rua Marquês de Pombal: 106, 108, 112, 114, 116, 122, 124, 126, 128

Rua Tenente Possolo: 05, 07, 43, 47, 49, 08 (BTM), 26

Rua da Relação: 31. 02, 14, 22, 40 (BTE)

Praça da República: 45 (BTE), 87, 89, 123 (BTM),173 (BTN),197 (BTN)

Rua do Resende: 03, 05, 07, 09, 11, 25, 41, 43, 49, 65, 67, 73, 75, 77, 79, 81, 129,207, 04, 06, 08, 10,12,14, 16, 18, 20, 26, 28, 34, 42, 44, 48, 50, 52, 60, 62, 66, 68, 70, 76, 78, 80, 82, 84, 88,128 (BTM)



Av. Mem de Sá, 238



Av. Mem de Sá, 335

Rua do Riachuelo: 43 (BTM), 49, 75, 91/93 (BTM), 125, 127, 129, 137, 139, 141, 143, 145, 171, 173 (BTN), 191, 193, 195, 251, 253, 287, 289, 291, 303 (BTN), 367, 377, 379, 381, 385, 391, 415, 417, 423, 425, 32, 62, 64, 66, 124, 128, 130, 134, 284, 286, 302, 354/356 (BTM), 384, 386, 388, 390, 392, 396, 398, 400, 402, 404, 406, 408, 410, 412

Rua Visconde do Rio Branco: 15, 17, 19, 21, 23, 25, 27, 29, 33, 35, 37, 45, 57, 59, 61, 63, 65

Rua de Santana: 125, 127, 129, 131, 133, 135, 143, 167, 169, 171, 173, 205, 207, 209, 227, 235, 96, 98, 100, 102, 104, 108, 180, 184, 186, 188, 192, 204, 206, 214, 220

Rua do Senado: 35, 37, 39, 41, 43, 45, 47, 49, 51, 53, 57/59 (BTM), 61, 63, 67, 69, 71, 89, 153, 157, 159, 165, 167, 169, 171, 189, 191, 201, 203, 205, 213, 215, 217, 219, 221, 223, 227, 231, 259, 261, 263, 271, 273, 277, 279, 281, 283, 285, 287, 295, 34, 36, 38, 40, 44, 46, 48, 54, 60, 76, 78, 80, 82, 84, 86, 104, 106, 110, 112, 114, 122, 124, 164, 166, 170, 172, 174, 176, 178, 180, 194, 204, 212, 216, 218, 232, 234, 236, 240, 242, 244, 246, 258, 262, 264, 266, 270, 272, 274, 276, 278, 280, 314, 322, 330, 332, 334, 338

Rua Ubaldino do Amaral: 13, 91, 93, 95, 97, 99, 32, 92

Rua Vinte de Abril: 07, 09, 11, 21, 23, 27, 31, 37, 12, 14 (BTN), 22, 32, 36

Rua Washington Luís: 13, 35, 115, 117 (BTM), 125, 133, 10, 16, 32, 34, 128



Rua do Riachuelo, 130



Rua do Lavradio, 90



Rua do Lavradio, 34



Solar (Palácio de São Lourenço) na Rua dos Inválidos, 193 e 203 - Tombamento em 20/04/1938. Livro Histórico Vol. 1- Inscrição nº16, Livro Belas Artes Vol. 1 - Inscrição nº 34 (F)

Museu da Magia Negra na Rua Frei Caneca, 162 - Tombamento em 05/05/1938. Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico Vol. 1 - Inscrição n. 01 (F)

Arquivo Nacional na Praça da República, 173 - Tombamento em 24/05/1938. Livro Histórico Vol. 1- Inscrição nº 35, Livro Belas Artes Vol. 1 - Inscrição nº 74 (F)

Escola de Teatro Martins Pena na Rua Vinte de Abril, 14 - Tombamento em 30/06/1938 – Livro Histórico Vol. 1- Inscrição nº 73, Livro Belas Artes Vol. 1- Inscrição nº 159 (F)

Chafariz do Lagarto na Rua Frei Caneca, s/n em frente ao Batalhão da Polícia Militar - Tombamento em 11/05/1938. Livro Histórico Vol. 1 - Inscrição nº 29, Livro Belas Artes Vol. 1- Inscrição nº 60 (F)



Chafariz Paulo Fernandes, na Rua Frei Caneca, s/nº - Tombamento em 11/05/1938 – Livro Histórico, vol. 1, Inscrição nº 28, Livro Belas Artes Vol. 1 - Inscrição nº 61 (F)



Os chafarizes do Lagarto e de Paulo Fernandes, na Rua Frei Caneca, foram construídos no século XVIII e XIX.

Chafariz na Rua do Riachuelo, 173 - Tombamento em 11/05/1938 – Livro Histórico, vol. 1, Inscrição nº 27, Livro Belas Artes Vol. 1 - Inscrição nº 57 (F)

Casa de Osório (Academia Brasileira de Filosofia) na Rua do Riachuelo, 303 - Tombamento em 14/02/1949 – Livro Histórico Vol. 1- Inscrição nº 255 (F)

Museu Casa de Deodoro, na Praça da República, 197 - Tombamento em 04/06/1958 - Livro Histórico Vol. 1 - Inscrição 323 (F)

Sabre de Honra do General Osório na Rua do Riachuelo, 303 - Tombamento em 05/04/1978 – Livro Histórico Vol. 1- Inscrição nº 461, Livro Belas Artes Vol. 1- Inscrição nº 527 (F)

Grande Oriente do Brasil (sede da Maçonaria) na Rua do Lavradio, 97 - Tombamento em 03/01/1972 - Proc. E-03/300410/71 - Portaria "E" 1 (E)

Quartel Central do Corpo de Bombeiros na Praça da República, 45 - Tombamento em 13/02/1979 - Proc. E-03/038232/78 (E)

Sociedade Brasileira de Belas Artes e 32 Obras de Arte do seu acervo na Rua do Lavradio, 84 - Tombamento em 19/06/1985 - Proc. E-18/300029/84 (E)



Polícia Central (antigo DOPS) na Rua da Relação, 40 - Tombamento em 07/05/1987 - Proc. E-18/300071/87 (E)



Hospital Moncorvo Filho na Rua Moncorvo Filho, 90 - Tombamento em 31/01/1990 - Proc. E-18/000112/90 (E)

Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro no Largo do Caco ou Rua Moncorvo Filho, 2 a 8 - Tombamento em 27/01/1988 - Resolução SEC 38 de 19/01/88 (E)



Centro Municipal de Saúde Oswaldo Cruz na Rua do Rezende, 128 - Tombamento em 18/01/1989 - Proc. E-18/300028/84 (E)



Acervo Arquivístico do Arquivo Nacional na Praça da República, 173 - Tombamento: 30/12/2002 - Proc. E-18/001681/02 (E)

Edifício Garagem Poula na Av. Gomes Freire, 306/306-A, esquina com a Rua do Senado nº 57/59 - Tombamento em 05/05/1987 – Dec. 6606/87(M)

Grande Templo Israelita do Rio de Janeiro na Rua Tenente Possolo, 8 - Tombamento em 04/08/1987 – Dec. 6867/87 (M)



Clube dos Democráticos na Rua do Riachuelo, 91/93 - Tombamento em 08/09/1987 – Dec. 6932/87 (M)



Casas Térreas Geminadas do Tipo Porta e Janela na Rua do Riachuelo, 354/356 - Tombamento em 08/09/1987 – Dec. 6932/87 (M)

Conjunto Arquitetônico na Rua do Lavradio, 122 - Tombamento em 08/09/1987 – Dec. 6932/87 (M)

Cortiço Chora Vinagre na Rua dos Inválidos, 124 fundos - Tombamento em 08/09/1987 – Dec. 6932/87(M)



Externato Irmã Paula (Dispensário São Vicente de Paula) na Av. Mem de Sá, 271 - Tombamento em 08/09/1987 – Dec. 6932/87 (M)



Hospital da Cruz Vermelha na Praça da Cruz Vermelha, 12 - Tombamento em 08/09/1987 - Dec. 6932/87 (M)



Igreja de Santo Antônio dos Pobres na Rua dos Inválidos, 40 - Tombamento em 08/09/1987 - Dec. 6932/87(M)



Hospital da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte Carmo na Rua do Riachuelo, 43 - Tombamento em 08/09/1987 - Dec. 6932/87 (M)



Perfumaria Kanitz na Rua Washington Luís, 117 - Tombamento em 08/09/1987 - Dec. 6932/87 (M)



Primeira Circunscrição do Serviço Militar na Praça da República, 123 - Tombamento em 08/09/1987 – Dec. 6932/87 (M)

Sobrado na Avenida Gomes Freire, 773 - Tombamento em 08/09/1987 – Dec. 6932/87(M)



Vila na Rua General Caldwell, 206 - Tombamento em 08/09/1987 – Dec. 6932/87(M)



Edifício de apartamentos na Rua Washington Luís, 10/10-A - Tombamento em 15/09/1993 - Dec. 12275/93 (M)

Imóvel na Praça da República, 17 - Tombamento em 27/04/1999 – Lei 2788/99 (M)

Escola Municipal Celestino da Silva na Rua do Lavradio, 56 - Tombamento em 21/06/1990 – Dec. 9414/90 (M)

Escola Municipal Tiradentes na Rua Visconde do Rio Branco, 48 - Tombamento em 21/06/1990 - Dec. 9.414/90 (M)



Duas Estátuas Esculápio e Hígia, Cópias da Antiguidade da Fonderie Du Val D' Osne na Praça da República, 11 (Hospital Souza Aguiar) - Tombamento em 05/10/2000 – Dec.19011/00 (M)

Duas Estátuas São Vicente de Paulo e São José da Fonderie Du Val D Osne na Av. Mem de Sá, 271 (Dispensário São Vicente de Paula) - Tombamento em 05/10/2000 – Dec.19011/00 (M)

Escultura "A Doadora de Alfredo Ceschiatti" na Rua Frei Caneca, 8 - Tombamento em 05/07/2012 – Dec. 35870/12 (M)



Imagem sem valor legal. Para informações consulte o IRPH.

1 APAC Cruz Vermelha